



## PLANO DE ENSINO

### 1. IDENTIFICAÇÃO

Componente Curricular:	Direito e Legislação I					
Unidade Ofertante:	FACES- Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social					
Código:	GAP010	Período/Série:	2º Período	Turma:	M	
Carga Horária:			Natureza:			
Teórica:	60	Prática:		Total:	60	Obrigatória: (x)
Professor(A):	Me. Alice Aparecida Dias Akegawa			Ano/Semestre:	2022/2	
Observações:	Oferta de disciplina do Semestre de 2022/2 a ser cumprido de 27/02/2023 a 17/06/2023.					

### 2. EMENTA

Teoria do direito. Direito público: teoria do estado, direito constitucional, direito administrativo. Direito privado: direito civil.

### 3. JUSTIFICATIVA

A disciplina Direito e Legislação I permite ao acadêmico ter acesso a cidadania caracterizada pelo mundo dos negócios, assim ao interiorizar as noções jurídicas interligadas a figura do gestor poderá tomar melhores decisões mercadológicas tratadas pela versatilidade das ligações sociais econômicas e sociais.

### 4. OBJETIVO

#### Objetivo Geral:

O objetivo geral é dotar o aluno de uma base mínima de conhecimentos jurídicos atinentes à área da Administração.

#### Objetivos Específicos:

Quanto aos objetivos específicos são: Capacitar o aluno à compreensão das relações jurídicas, bem como à identificação e configuração das mesmas; fazer com que o aluno possa interpretar e aplicar a norma jurídica, nas várias situações fáticas em que o profissional deparar-se.

### 5. PROGRAMA

**1. Teoria do Direito:** conceito, ramos, fontes do direito; aplicação das normas de direito; princípios de direito.

**2. Teoria do Estado:** conceito; elementos, fundamentos e fins do estado; formas de estado; formas de governo; sistema de governo; regime político; sistemas eleitorais.

**3. Direito Constitucional:** conceito; princípios constitucionais; aplicabilidade da norma constitucional; poder constituinte; organização do estado; intervenção; defesa do estado; divisão de poderes; direitos e garantias fundamentais; nacionalidade; direitos políticos; partidos políticos; ordem social.

**4. Direito Administrativo:** conceito; administração pública; órgãos da administração; ato administrativo; contratos administrativos; licitação; serviços públicos; servidor público; propriedade pública; poder de polícia.

**5. Direito Civil:** conceito; personalidade, capacidade; pessoa jurídica; domicílio; bens; fatos jurídicos; negócio jurídico; obrigações, classificação, pagamento e extinção, inadimplemento; contratos, formação, celebração, aperfeiçoamento e extinção; responsabilidade civil; posse e propriedade; direitos reais de uso e gozo; direitos reais de garantia.

### 6. METODOLOGIA

Atividades Letivas/Aulas Presenciais (com carga horária de 4 horas/aulas semanais, totalizando 60 horas/aulas/semestral): A atividade letiva presencial será realizada: terça-feira (8h às 9h40m) e quarta-feira (8h às 9h40m) no período compreendido entre 27 de fevereiro de 2023 e 17 de junho de 2023. As aulas serão expositivas e dialogadas relacionados à disciplina. Adicionalmente serão aplicadas as seguintes atividades avaliativas, a saber: i) Trabalhos em Grupo; ii) Estudos de Casos e exercícios; iii) Seminários Temáticos; iv) Debates em Aulas; v) Provas.

**Recursos Didático-Pedagógicos:** Quadro e giz/pincel; Data-Show; Notebooks; Tablets; Computadores e outros meios, de responsabilidade exclusiva dos(as) estudantes e/ou disponibilizados pela UFU-Campus Pontal.

**Atividades presenciais:** presença durante toda a aula sendo solicitada uma confirmação de presença via lista pela docente e entrega de provas em horário definido.

### 7. AVALIAÇÃO

O semestre totalizará 100 (cem) pontos, distribuídos ao longo do desenvolvimento da disciplina:

**1ª) PROVA:** 25 pontos (individual e escrita) em: 22/03/23.

**2ª) PROVA:** 40 pontos (individual e escrita) em: 19/04/23.

**3ª) PROVA:** 35 pontos (individual e escrita) em: 17/05/23.

**RECUPERAÇÃO: 31/05/2023:** Caso um(a) estudante não obtenha nota igual ou superior a 60% (60 pontos) – mesmo com frequência mínima de 75% de presença nas atividades letivas, esse(a) terá direito a fazer uma Prova de Recuperação. Essa Prova de Recuperação será composta de todo conteúdo programático da disciplina Legislação Trabalhista, mesclada por questões diversas, dentre as quais pode-se incluir questões de múltipla escolha, de cálculo e discursivas, entre outras. A Prova de Recuperação baseia-se formal e legalmente na Resolução CONGRAD Nº 46, de 28 de março de 2022, Seção III, Art. 141, § 1º e § 2º. Para o(a) estudante que executou a Prova de Recuperação, a nota final da disciplina Direito e Legislação I – será definida pela seguinte equação  $NF = (0,4 \times PTA) + (0,6 \times PPR)$ , em que: NF é a nota final, PTA é a pontuação total anterior atingida pelo estudante e, PPR é a pontuação atingida na prova de recuperação. A data definida para a recuperação será **31/05/2023**.

### 8. BIBLIOGRAFIA

#### Básica

MARTINS, S. P. **Instituições de direito público e privado**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MONTORO, A. F. **Introdução à ciência do direito**. 28. ed. São Paulo: R. dos Tribunais, 2009.

NADER, P. **Introdução ao estudo do direito**. 32. ed. São Paulo: Forense, 2010.

#### Complementar

BRANCATO, R. T. **Instituições de direito público e de direito privado**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

COELHO, F. U. **Curso de direito comercial**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

COTRIM, G. **Direito fundamental: instituições de direito público e privado**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CURIA, L. R.; CESPEDES, L.; NICOLETTI, J. (Colab.). **Vade Mecum compacto**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DINIZ, M. H. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

### 9. APROVAÇÃO

Aprovado em reunião do Colegiado realizada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Coordenação do Curso de Graduação: \_\_\_\_\_